



Anais da Assembléia

D.A. 192 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1997 ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hordácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúfrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hordácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/97

SÚMULA: Susta os autos da Queixa Crime contra o Deputado Celso Sâmis da Silva

DATA: 06 de novembro de 1997

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa Crime nº 54.805-6, da Comarca de Foz do Iguaçu, oficiado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Celso Sâmis da Silva.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em
06 de novembro de 1997

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 028/97

SÚMULA: Susta os autos da Ação Penal Originária contra o Deputado Irineu Mário Colombo.

DATA: 06 de novembro de 1997

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Ação Penal Originária nº 60.902-7, da Comarca de Medianeira, oficiado pelo Egrégio Tribunal de Jus-

Curitiba, segunda, em 10.11.97

tiça do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Irineu Mário Colombo.

Parágrafo Único - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em
06 de novembro de 1997

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 029/97

SÚMULA: Autoriza a Senhora Emilia de Salles Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País.

DATA: 06 de novembro de 1997

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinando com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizada a Senhora Emilia de Salles Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País, no período de 26 de novembro a 19 de dezembro próximos, com destino ao Japão, Coréia do Sul, China, Indonésia e Tailândia, integrando a Missão Econômica organizada pela Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Japão do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
06 de novembro de 1997

(a) ANIBAL KHURY

RESOLUÇÃO Nº 034/97

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito na Reserva Indígena Apucarantina, para que a população decida sobre a transferência da área para o Município de Londrina.

DATA: 05 de novembro de 1997

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o plebiscito na Reserva Indígena de Apucarantina, para que a população decida sobre a transferência da área pertencente ao Município de Tamarana, com as divisas adiante descritas, para o Município de Londrina.

NORTE

Partindo do ponto digitalizado D-26 de coordenadas geográficas 23 44'52,1860"S e 60 56'22,5290"Wgr, situado na margem direita do Rio Apucarana. Daí segue, pela mesma direita do referido rio, a jusante numa distância de 7.178,06 metros até o ponto digitalizado D-67, de coordenadas geográficas 23 44'36,6880"S e 50 53'38,2020"Wgr, situado na barra do Rio Apucarana com o Rio Tibagi.

LESTE

Do ponto anteriormente descrito, segue pela margem esquerda do Rio Tibagi, a montante, numa distância de 8.269,01 metros até o ponto digitalizado D-108, de coordenadas geográficas 23 47'35,6850"S e 50 53'51,5820"Wgr, situado na barra do Rio Tibagi com o Rio Apucarana, daí segue pela margem esquerda do Rio Apucarana à montante, numa distância de 15.282,63 metros, até o ponto digitalizado D-86 de coordenadas geográficas 23 51'10,9260"S e 56'47,3310"Wgr.

SUL

Do ponto antes descrito, segue pela mesma margem esquerda do referido rio à montante, numa distância de 641,95 metros, até o ponto digitalizado D-189, de coordenadas geográficas 23 50'53,9940"S e 50 56'53,7860"Wgr. Situado na barra do arroio de encontro com o Rio Apucarana. Daí segue pela margem esquerda do referido arroio, à montante, numa distância de 3.294,50 metros, até o Marco M-01, de coordenadas geográficas 23 50'31,8630"S e 50 57'59,4890"Wgr, situado na margem esquerda do referido arroio.

OESTE

Do ponto antes descrito, segue com azimute de 0 18'27,0" e distância de 1.826,00 metros chega-se ao Marco M-02 de coordenadas geográficas 23 49'32,4880"S e 50 57'50,1590"Wgr. Daí segue com azimute de 292 59'25,0 e distância de 697,53 metros até o marco M-03, de coordenadas geográficas 23 49'23,6340"S e 50 58'12,8580"Wgr. Daí segue com azimute de 22 30'42,0" e distância de 1.572,96 metros até o Marco M-04, de coordenadas geográficas 23 48'36,3800"S e 50 57'51,5840"Wgr. Daí segue com azimute de 22 21'24,0" e distância de 1.316,82 metros até o Marco M-05, de coordenadas geográficas 23 47'56,7750"S e 50 57'33,8940"Egr. Daí segue em azimute de 342 11'29,0" e distância de 1.550,17 metros até o Marco M-06, de coordenadas geográficas 23 47'08,7870"S e 50 57'50,6620"Wgr, situado na margem da estrada municipal. Daí segue pela margem da referida estrada, com as seguintes azimutes e distâncias 29 41'47,0" e 537,14 metros, 49 00'10,0" e 305,11 metros, 56 38'56,0" e 452,99 metros, 87 48'14,0" e 131,01 metros, 98 30'32,0" e 163,82 metros, 113 36'42,0" e 195,46 metros, 125 15'08,0" e 422,29 metros, 75 59'30,0" e 55,03 metros, 48 52'44,0" e 107,25 metros, 32 45'41,0" e 80,26 metros, até o Marco M-07, de coordenadas geográficas 23 46'45,1630"S e 50 56'44,6220"Wgr. Daí segue com azimute de 316 02'14,0" e distância de 168,34 metros até o Marco M-08, de coordenadas geográficas 23 46'41,2240"S e 50 56'48,7530"Wgr situado na cabeceira do riacho denominado Sem Nome. Daí segue pela margem direita do referido riacho. À jusante, numa distância de 2.150,82 metros, até o ponto digitalizado D-17 de coordenadas geográficas 23 45'39,9210"S e 50 56'38,0370"Wgr. Situado na margem do lago de contenção Usina Hidrelétrica da COPEL. Daí segue margeando o referido lago numa distância de 1.983,07 metros, até o ponto digitalizado D-26 início desta descrição perimétrica".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO",
em 05 de novembro de 1997

(a) ANIBAL KHURY

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 1997**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 098/97

Curitiba, 04.11.97.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova um crédito suplementar no valor de R\$ 14.950.000,00 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas no programa Construção de Rodovias e Administração Geral do DER.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões, do item 03, 1ª discussão, do Projeto de Lei nº 385/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (10/11).

Sala das Sessões, em 10.11.97
(a) VALDIR ROSSONI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 637/97

**A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães de Baía, com sede e foro na Cidade de Pinhão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães de Baía, que ora encaminhamos para que seja declarado de Utilidade Pública, foi criado no dia 20 de fevereiro de 1993, com objetivo principal de desenvolver programas de atendimento as mães e filhos, procedentes de famílias carentes, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de direito privado. Está registrada sob nº 068, Livro A/2, de pessoas jurídicas e inscrita no CGC sob nº 01.134.922/0001-54. A entidade está em pleno funcionamento, cumprindo com seus objetivos estatutários.

O Clube de Mães de Baía, além dos programas e projetos que desenvolve, visando a melhoria da qualidade de vida da população assistida, mantém estreito relacionamento com instituições públicas e privadas, com vista a manutenção de sua política e filosofia de atendimento, cujas atividades estão voltadas ao atendimento de mães e crianças carentes, da comunidade.

Face ao exposto e considerando que não há justiça sem lei, razão pela qual encaminhamos o projeto de lei em epígrafe, objetivando com esta atitude, preparar a entidade em referência à busca de recursos para melhor desenvolver seus programas de atendimento à população carente.

PROJETO DE LEI Nº 638/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar quatro (04) lotes situados no quadro urbano da cidade, para o Município de Chopinzinho, conforme especifica:

"Lote nº 9 (nove), da Quadra nº 55 (cinquenta e cinco), situado no quadro urbano da Cidade e Comarca de Chopinzinho, Estado do Paraná, contendo a área de 1.200 m² (um mil de duzentos metros quadrados), com os limites e confrontações seguintes: partindo de um marco colocado à margem sul da Avenida Getúlio Vargas, na divisa do Lote nº 10, segue no rumo de 50°06' SO, dividindo com a Avenida Getúlio Vargas: aos 24,00 metros, marco; daí segue no rumo 39°54' SE, dividindo com o Lote nº 8: aos 50,00 metros, marco; daí segue no rumo 50°06' NE, dividindo com o Lote nº 19: aos 24,00 metros, marco; daí segue no

rumo de 30°54' NO, dividindo com o Lote nº 10: aos 50,00 metros, chega ao ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1957, o Município de Chopinzinho, neste Estado do Paraná, doou ao Poder Executivo Estadual, através da Lei Municipal nº 44/57, quatro (4) lotes urbanos na sede do município e comarca acima citado, conforme encontra-se discriminado no Artigo 1º deste projeto de lei, com o objetivo de que lá fossem construídas casas destinadas aos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em dois (02) desses lotes; e nos outros 2 (dois) deveriam ser construídos prédios públicos para abrigar órgãos do Governo Estadual.

Esta doação foi feita e o registro no Registro de Imóveis foi realizado sob a matrícula nº 6.687, de 05.08.80.

Como até o presente momento, passados quase 40 (quarenta) anos, o Estado do Paraná pelo seu Departamento de Estradas de Rodagem - DER, nada realizou no terreno, o Município de Chopinzinho, necessitando dos mesmos para a realização de obras públicas, está solicitando a sua doação para o mesmo possa ser incorporado ao patrimônio do município e, conseqüentemente possam os referidos terrenos serem utilizados para a realização de obras municipais.

Estando isso plenamente justificado, esperamos contar com o apoio dos nossos Pares para a sua aprovação, bem como a conseqüente sanção governamental.

PROJETO DE LEI Nº 639/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional - ACAIE, com foro e sede no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Curitibana de Apoio e Integração do Excepcional - ACAIE, fundada em 15 de abril de 1996, nesta Cidade de Curitiba, onde tem sua sede na Rua Paulo Nadolny, 808, no Bairro do Bacacheri, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social. Seu objetivo primordial é angaria recursos, desenvolver o atendimento, supervisionar o ensino e propiciar o ajustamento e a integração na comunidade do deficiente mental leve e moderado, o portador de deficiência física acompanhado de deficiência mental leve e o deficiente auditivo acompanhado de deficiência mental leve, através de um atendimento pedagógico profissionalizante e de desenvolvimento de artes, visando o desenvolvimento integral do educando, sua participação no mercado de trabalho e a integração na sociedade.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 640/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.97

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba, é uma entidade de classe com base territorial em todo Es-

tado do Paraná, e é constituída para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal e grau superior, referente ao 11º grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, que abrange a categoria profissional dos contabilistas, que colabora com o Poder Público e as demais entidades sindicais no sentido de estabelecer a solidariedade social, pautando sempre seus atos aos princípios de subordinação dos interesses nacionais.

São ainda objetivos da Federação, promover a união e solidariedade entre os Sindicatos a ela filiados, firmar contratos coletivos de trabalho para as demais categorias que representa, bem como estabelecer as diretrizes básicas para fixação de honorários profissionais em todo o território do Estado do Paraná.

Esta entidade civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Pública tendo em vista os motivos retro, e assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 641/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho, com sede e foro no Município de Jataizinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação de proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho, fundada em 12 de outubro de 1958, tem por objetivo a proteção e a assistência à maternidade e à infância, zelando pela saúde e bem-estar e as necessidades da criança e da gestante da comunidade do município e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna nesta tarde, é trazer ao conhecimento dessa Casa e com a expectativa de que possamos iniciar um debate sobre uma matéria que, tenho certeza absoluta, está passando absolutamente à margem da preocupação dos Senhores Deputados.

Nos últimos dias - na verdade, nas últimas duas semanas - dediquei-me a coletar informações, a buscar dados, a ter, na verdade, condições para, desta tribuna, denunciar um fato que acho da maior gravidade.

Certamente os senhores já ouviram, ou pelo menos viram um pouco nos jornais ou qualquer outro tipo de comunicação, o Governo informar que está fazendo concorrência pública no DETRAN, que vai implicar num assalto - não posso usar outro termo, Deputado Alborghe-tti - contra o bolso do contribuinte paranaense.

Os senhores já ouviram falar na "inspeção veicular", a tal vistoria eletrônica que os veículos estarão sujeitos a partir de janeiro de 1998. Pois saibam os senhores que o CONTRAN fez uma resolução - baseado, na verdade, no Código Nacional de Trânsito - que estabelece, institui, implanta, a vistoria eletrônica. Por quê a eletrônica? Porque a vistoria tem que ser, segundo o CONTRAN, automatizada. E para minha surpresa, verifiquei que o DETRAN do Paraná abriu um procedimento licitatório que leva o número 002/96, de outubro de 1996, que até hoje não está concluído, graças a Deus! Porque acho que ainda há tempo de se impedir que essa violência seja praticada contra o contribuinte paranaense.

Pois saibam os senhores o seguinte: o Governo do Paraná quer implantar, a partir do ano que vem, dividindo o Estado em seis regiões, "estações de vistoria eletrônicas", cobrando - vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados - anualmente, aos valores de 95, porque esses valores serão certamente atualizados pela planilha que vai ser criada pelo DETRAN. Os veículos terão que pagar - cada veículo, cada automó-

vel - R\$ 43,00 por ano, para fazer a vistoria eletrônica, e mais R\$ 7,00 semestralmente, para fazer a vistoria da emissão de gases e ruídos por parte dos veículos. Isso, para os automóveis. Para os caminhões e ônibus, R\$ 85,00 cada um dos veículos! Os proprietários terão que fazer a vistoria eletrônica nas tais "estações de vistoria".

Para se ter uma idéia, o faturamento deste sistema de vistoria para 1998 está previsto em cem milhões de reais, valor igual, Deputado Valdir Rossoni, à cota parte que o Governo está arrecadando em IPVA no ano de 1997. Veja o descalabro: ao invés do Governo procurar implantar um sistema que possa descentralizar os municípios, fazer um procedimento simples que envolva as concessionárias de veículos do Paraná, as oficinas autorizadas; não, o Governo quer criar um cartório! É um cartório, porque vejam os senhores, é uma concessão de serviço público! É um serviço que terá um prazo de concessão de vinte anos, renovável por mais vinte, quarenta anos.

Quarenta anos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de faturamento assegurado de cem milhões de reais por ano, para duas empresas apenas que estão aqui, chegando no final do procedimento licitatório, das oito classificadas. Agora, pergunto como é que não se descentralizou para os municípios, ou que se pudesse democratizar, e o principal de tudo, que é a questão do preço!

Concedo um aparte ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier - Acho importante o tema que está sendo abordado, porque não é só o Paraná que está tendo problemas. O jornal "Correio Brasileiro" fez uma longa matéria, recentemente, na qual cita o Estado do Paraná. Mas não é só a questão do monopólio em poucas empresas que é levantada, não é só a questão do preço cobrado por esse monopólio; mas sim, inclusive, o favorecimento nas licitações para determinadas empresas.

A denúncia do "Correio Brasileiro" gerou, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma CPI do DETRAN, que está fazendo os estudos, os levantamentos e averiguando as irregularidades na licitação na contratação das empresas. No Rio Grande do Sul, é a mesma

empresa que está atuando no Estado do Paraná, que assessorou a TECPAR na elaboração dos critérios, dos regimentos, assim por diante.

Acho oportuno esse debate. Também estávamos já fazendo um levantamento, se tiver novidades vamos também para a tribuna desta Casa, trazer novas informações, caso encontre informações diferentes levantadas agora por Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - A questão do preço. Estou aqui com um edital de concorrência pública, aparentemente um edital bem composto, porque é um edital que já traz o contrato, traz o número de veículos. O Paraná, em 1995, tinha um milhão, setecentos e quarenta e seis mil veículos, hoje esta frota cresceu muito mais, o faturamento de hoje chega a mais de cem milhões.

E o preço, Deputado Horácio Rodrigues, é uma coisa fantástica, por que no meio do edital aparecem tarifas, e aí, de forma muito simples, em exatamente duas páginas, o Governo diz - o DETRAN -: Planilha de Tarifas, e dá os valores: veículos - R\$ 43,00; veículos de carga até 3.500 kg - R\$ 65,00; veículos de carga com mais de 3.500 kg - R\$ 85,00; motos e reboques acoplados - R\$ 21,00; e por eixo adicional de veículo pesado, além do segundo - R\$ 15,00. Ou seja, a tarifa saiu do nada, não há uma base de cálculo para se chegar aos R\$ 43,00, o Governo não quis dizer o inverso. Falar: "Olha, eu tenho que fazer uma vistoria eletrônica dos veículos. Então, quero saber o seguinte: as minhas condições, as empresas que têm que ter tais procedimentos e mecanismos para poder identificar a forma perfeita do funcionamento do veículo, para verificar quanto é que o pneu ainda tem de vida útil, se o motor está em condições, se o escapamento, qual é o ruído que está emitindo". Não, o Governo falou o seguinte: "Eu não me interesso pelo menor preço. Interessa-me o preço de R\$ 43,00! Quero saber o seguinte: de 5% a 15%, quem é que dá mais para mim - DETRAN - fazer o serviço? E se uma empresa resolve fazer o seguinte: "Não, eu quero fazer o seguinte: para eu poder vistoriar eletronicamente os veículos, cobro dois reais ou cinco reais por veículo". Não, não pode! O preço tem que ser o de R\$ 43,00

que o DETRAN quer cobrar dos contribuintes paranaenses!

Então, não consigo entender, francamente não consigo entender uma concessão de serviço público que parte do pressuposto da maior tarifa e não da menor tarifa! Não consigo entender isso e gostaria, claro, de ter uma explicação.

Concedo ao Deputado Horácio Rodrigues o aparte que havia me solicitado.

O Sr. Horácio Rodrigues - Muito obrigado pelo aparte.

Acho que é oportuna a sua intervenção, estou aqui também com alguns documentos do DETRAN e, inclusive, tem um dado muito importante nisso tudo, é o número de acidentes ocorridos por falta das condições dos veículos que trafegam nas estradas do Paraná.

A respeito de preço, a respeito de outras condições, como são outros Estados, vou esperar o aprofundamento da sua discussão para poder intervir.

O que diz aqui é o seguinte" de junho a julho de 95, foram discutidas amplamente a questão e o edital. Foram vendidas cauções para três empresas, nove licitantes apresentaram propostas, uma apenas foi inabilitada. Isso tudo é evidente que Vossa Excelência vai orientar ao Plenário e quero participar da discussão.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, coloco à disposição de Vossa Excelência, na Liderança do Governo ou na Sala das Comissões, a presença do Diretor do DETRAN para as devidas explicações.

É natural e tenho certeza que ele terá as explicações. E se for esse absurdo que Vossa Excelência está colocando, pela interpretação que Vossa Excelência está fazendo - não fiz a leitura disso aí e também não tenho conhecimento - mas quero dizer a Vossa Excelência que temos o maior interesse em esclarecer a questão.

Coloco o Diretor do DETRAN à disposição de Vossa Excelência. Vossa Excelência marca a data e vamos procurar esclarecer esta questão. Se o Diretor do DETRAN não tiver esclarecimentos, Vossa Excelência sabe da minha postura e tomaremos as atitudes cabíveis para o caso. Agora, me preocupo quando Vossa

Excelência e o seu Partido, principalmente, vem aqui fazer interpretações de ações do Governo Jaime Lerner. Os senhores têm um pouco de dificuldade de interpretar o momento de modernização deste Estado, que o Governador Jaime Lerner está implantando, e muitos números que tenham trazido aqui nesta Casa, tenho contestado e não são verídicos.

Quero dizer o seguinte: espero que esta questão levantada por Vossa Excelência tenha consistência e que possamos trazer aqui o Diretor do DETRAN, para que ele dê as explicações, senão serão tomadas as medidas possíveis.

Era isso, obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Olha, Deputado Valdir Rossoni, tirando a parte que Vossa Excelência descredencia o nosso Partido, nos chamando aqui de "despreparados", mas tirando esse pequeno detalhe, no resto acho que Vossa Excelência tem razão em estar muito preocupado. Os dados efetivamente são dados públicos, foram tirados de edital de concorrência.

O Sr. Valdir Rossoni - Eu falei, Deputado, só se me permitir interpretações suas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sei que Vossa Excelência falou, mas veja só, quero dar um exemplo: lá em Bituruna - temos que partir do seguinte pressuposto, Deputado, o senhor imagina um veículo ter que sair de Bituruna para vir a Curitiba. Lá um Fusca que transita no Município de Bituruna, tem que vir a Curitiba fazer a vistoria eletrônica.

O Sr. Orlando Pessuti - Aí é difícil de interpretar isso mesmo!

O Sr. Valdir Rossoni - Sei que Vossa Excelência tem dificuldades, Deputado Pessuti, mas tenho certeza que se for isso, não é verdadeiro e não será tomada essa medida.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais um minuto e meio para terminar sua exposição.

Perfeitamente entendido pela Mesa Executiva: com o Horário do PL e com o Horário da Liderança do Governo de dois

minutos. Com os sete minutos, Vossa Excelência tem mais oito minutos e meio.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Perfeitamente. Agradeço aos Deputados Valdir Rossoni e Horário Rodrigues que cederam o tempo.

Para os senhores terem uma idéia do seguinte: na questão das regiões, vão ter seis regiões definidas e os veículos da Região I poderão se deslocar - a distância da base é no máximo 25 km; da Região II, 45 km; da Região III, 35 km; da Região IV, 45 km; da Região V, 30 km e na Região VI, 30 km. Como as estações são prédios, são quase que como uma concessionária de veículos, pelo tamanho, o número de linhas de inspeção que tem, porque tem critérios aqui do tempo de espera, no máximo de 20 minutos, 30 minutos, melhor dizendo. Com 20 minutos para fazer a inspeção do veículo, certamente, os locais que fisicamente são definidos aqui nessa proposta, é por isso que os investimentos iniciais são elevados, é verdade, investimento na ordem de 75 milhões, mas para quem vai faturar em 40 anos - é só fazer a conta, quanto que dá 40 x 100, trazer para o valor presente - se considerarmos que vai crescer a economia paranaense, essa profunda transformação que Vossa Excelência tanto fala, imagina, imaginemos o quanto é que vai ser melhor negócio, inclusive nos próximos 40 anos.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Romanelli, é que preciso de subsídios para poder fazer a interpretação desse assunto aí. Vossa Excelência disse que serão seis bases regionais e depois Vossa Excelência diz que os veículos dentro desta região não irão percorrer mais que 35, 40 km. Mas acho que, vamos dizer que a região de Irati, por exemplo, não sei se vai haver uma base!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Os veículos da micro de Irati deverão ir a Guarapuava fazer a vistoria.

O Sr. Orlando Pessuti - Mas veja bem, só vou fazer uma consideração, se o Município de Pitanga, por exemplo, pertencer a Regional de Guarapuava, ele terá que percorrer 84 km para chegar a Guarapuava. Se a de Laranjal pertencer a Guarapuava, ele tem que percorrer 84, mais 100.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade, Deputado Pessuti...

O Sr. Orlando Pessuti - A não ser que tenha uma base lá em Palmital, aí dá 37 km lá de Laranjal a Palmital.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Ela pode ter acordo com, dentro deste critério que eu disse, ela poderá ter desta forma, são as seguintes.

O Sr. Orlando Pessuti - Porque não existe, com seis regionais! Não tem como.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vou explicar isso aqui.

São as seguintes cidades-sedes do Estado do Paraná, pelas quais iniciar-se-ão o serviço objeto da concessão:

Primeira Região: Cidade-sede Curitiba, abrangendo as CIRETRAN's de Curitiba, Paranaguá, Rio Negro, Campo Largo, Rio Branco do Sul, Lapa e Araucária.

Aí, quantidade mínima de linhas de vistoria exigidas para início de serviço.

Em Curitiba: 30 linhas do Município, com capacidade para vistoriar a totalidade da frota.

Demais cidades, a critério do licitante.

Segunda Região: Cidade-Sede Ponta Grossa, abrangendo as CIRETRAN'S de Arapoti, Castro, Imbituva, Irati, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e União da Vitória.

Quantidade mínima de linhas para início do serviço: Ponta Grossa - 04 linhas, com capacidade para vistoriar a totalidade da frota. Demais localidades a critério do licitante.

E aí vai, depois Londrina, que abrange Assai, Cambará, Cornélio, Ibaiti, Iporã, Jacarezinho, também 09 linhas, também no Município de Londrina. Demais localidades a critério do licitante.

Quarta Região: Guarapuava...

E vai por aí afora. Acho que não preciso descrever aqui tudo...

O Sr. Valdir Rossoni - Senhor Presidente, concedo mais dois minutos ao Deputado Romanelli, para que ele possa encerrar o seu pronunciamento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais três

minutos e meio, e mais dois concedidos agora pelo ilustre Líder.

O Sr. Valdir Rossoni - Estou concedendo se estiver faltando, naturalmente!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Certo! Ele gastou cinco minutos e onze segundo até agora, dos oito e meio.

Vossa Excelência cede mais dois.

O Sr. Valdir Rossoni - Então, não está faltando?

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem mais três minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Na verdade acho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que essa matéria aqui, é uma matéria que certamente não será esgotada, porque os Deputados que me apartearam, me parece, estão também interessado na matéria, aqueles Parlamentares que não tinham conhecimento deste que para mim é o maior negócio de final de século que temos aqui no Paraná, é melhor que a fábrica da Renault isso aqui, é melhor ter a concessão veicular do que ser o dono da Renault.

Francamente, é melhor! Melhor, muito melhor do que, por exemplo, ser dono da Detroit Diesel, que recebeu tudo de graça do Governo e mais alguma coisa. É muito melhor! Esse aqui é o grande negócio, é o grande cartório. É, indiscutivelmente, e os senhores poderão, naturalmente, se aprofundar sobre esta matéria aqui e verificar que aqueles cheques em branco que esta Casa deu no início do Governo, da famosa lei que era de autoria do nosso colega aqui, o Deputado Neivo Beraldin, e que depois sofreu uma emenda pelo Deputado Nelson Justus, a tal da Lei de concessão do Serviço Público, é o instrumento para se ter, na verdade, mais uma grande maracutaia.

E não tenho a menor dúvida que a inspeção de veículos, a vistoria eletrônica que tem que ser feita, é uma resolução do CONTRAN, salvo uma medida judicial que possa modificar uma decisão do Governo Federal em sentido contrário, tem que ser feita.

Agora, o que não consigo entender é o critério de se assaltar o bolso do contribuinte com R\$ 43,00 mais R\$ 7,00, são R\$ 50,00 no mínimo - aos valores de 95 - que os contribuintes paranaenses vão ter que pagar. Acho, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que esta Casa não pode passar sem discutir esta questão, por isso que queria, aceitando a proposta do Deputado Valdir Rossoni, que pudéssemos na próxima segunda-feira, trazer o Diretor do DETRAN aqui nesta Casa - se não for neste Plenário, que seja num local público, na Sala das Comissões - mas que possamos discutir esta matéria que na minha avaliação deve ser alvo de profunda análise, porque todos os Senhores Deputados, principalmente os que têm e que vão buscar a reeleição no ano que vem, Vossa Excelência vão ser duramente cobrados se não denunciarem esta maracutaia da vistoria eletrônica dos veículos.

Muito obrigado, Senhor Presidente e fazer, infelizmente, pelo maior preço e não pelo menor preço.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passarmos ao próximo orados inscrito no Pequeno Expediente, esta Mesa Executiva, com satisfação, anuncia em nosso meio, a presença do ilustre Deputado Federal José Janene, Presidente do PPB do Estado do Paraná; e do ex-Deputado Lindolfo Júnior, que nos honram com suas presenças nesta sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna neste momento, para tecer alguns comentários a respeito das últimas medidas emanadas pelo Governo Federal e principalmente pelo Banco Central, quando elevou os juros a patamares inaceitáveis. No último dia 30 de outubro, o Banco Central do Brasil elevou a taxa básica de 1,58% para 3,05% e isso representa um aumento aproximado de 100% da taxa de juros. Agora, o que não entendemos é porque esta elevação tão brusca da taxa de juros, quando na verdade o Governo Federal argumenta que foi no sentido de bloquear a evasão de divisas do Brasil, no momento de turbulência financeira internacional.

Ora, o Brasil já praticava, antes da crise de Hong Kong, da crise dos fa-

mosos "tigres asiáticos", os juros mais altos do mundo, e agora, praticamente dobrando estes níveis para patamares que vão estrangular a economia nacional. Mas, na verdade, com a intenção do Governo Federal de tentar bloquear a evasão de divisas, não haveria esta necessidade e eu, particularmente, considero a medida precipitada, inadequada e irresponsável do Governo Federal, porque antes da crise da Bolsa de Valores, o Brasil detinha mais de 62 bilhões de reservas cambiais, teria o suficiente e uma situação até bastante confortável, teria gorduras para queimar, representando uma faixa de 20 a 30% até, sem tomar decisões precipitadas como foram tomadas.

A evasão que aconteceu depois da crise, de aproximadamente 8 bilhões, era tranqüilamente suportável pelas nossas reservas cambiais. As nossas reservas cambiais, que se compõem de 38 milhões a 40 bilhões de valores sólidos, através de investimentos diretos de aplicações de longo prazo principalmente, mantém uma certa estabilidade em termos de reservas, não haveria uma evasão intempestiva como era previsto. Agora, o restante a 20, 30% acima desses valores sim, são valores de investimentos especulativos.

Na verdade, nós, que temos acompanhado a evolução da balança comercial do Brasil quando este ano se projeta um déficit aproximado de 12 bilhões de dólares e também pela balança de pagamento que acusa um superávit que proporciona uma reserva cambial confortável de 62 bilhões, temos a certeza que o Brasil que estava conquistando e tem conquistado no panorama internacional um conceito favorável de estabilização da sua moeda, de estabilização da sua economia num plano real que está hoje aí consolidando-se no panorama nacional e internacional, de repente é tumultuado por decisões precipitadas do Governo Federal!

Neste sentido é que nos colocamos frontalmente contra a decisão última do Banco Central, de dobrar praticamente os juros utilizados até a crise das Bolsas de Valores.

As Bolsas de Valores, na verdade, Senhores Deputados, é um centro altamente especulativo, altamente sensível que são levados basicamente por informações, pesquisas, mas principalmente por boatos que atingem diretamente as

Bolsas de Valores. A queda violenta das Bolsas de Valores do Brasil não foram por problemas internos do Brasil, não! Foram problemas adquiridos do mercado internacional. O mundo inteiro sofreu as consequências da queda das Bolsas de Valores, e o Brasil...

(Término do tempo)

(Passa a usar o Horário da Liderança, parte da Liderança do PTB, através do Deputado Traiano)

O Sr. José Maria Ferreira - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Júlio Ando, agradeço a gentileza do aparte.

Entretanto, a despeito de também sentir que a economia brasileira pagará um fardo muito pesado com a elevação das taxas de juros, o que não apraz a nenhum de nós, e com certeza aqueles que acompanham o mercado, aqueles que têm tido a oportunidade de também ver e acompanhar as contas nacionais, podemos ter certeza que o Governo Federal - e aí sou obrigado a discordar de Vossa Excelência - não foi irresponsável e não foi precipitado. Um Governo que se candidata, tem o nome colocado a concorrer às próximas eleições, tem a coragem, a decência e o respeito e sobretudo a responsabilidade de impor uma política, uma prática política dura, uma prática política que não catalisa votos, com certeza, mas ele primeiro viu a responsabilidade que tinha para com a Nação e a responsabilidade que tinha para com a estabilidade da nossa economia.

Esta é uma medida difícil, mas que corajosamente o Presidente da República assumiu e inclusive fez questão dele próprio assumir e não distribuir a responsabilidade para a equipe econômica. A medida correta na forma em que tenta segurar os capitais externos que vieram para cá e sabemos da vulnerabilidade da nossa economia, sabemos da nossa dificuldade quanto a análise das nossas contas correntes internacionais - hoje com um déficit de 12 bilhões - precisamos ter reservas para que isto seja coberto, porque se não amanhã estouraríamos todo o nosso sistema e aqui vejo hoje, por que a economia brasileira está passando em dois dias um saque de oito bilhões de dólares? E não caiu feito outros que caíram feito dominó?

É porque antes mesmo com preço político alto o Governo saneou o nosso sistema financeiro. Se não ele seria como um sistema financeiro podre, cairíamos como caiu a Tailândia, Birmânia e todos os outros países. Mostra que a política, mesmo dura, é acertada.

Por isso não posso concordar com Vossa Excelência de que foi irresponsável, ela foi sobretudo, madura. E esperamos que essa taxa de juros, que é talvez a mais cáustica das medidas, possa ser praticada por um breve período.

Muito obrigado!

O SR. JÚLIO ANDO - Obrigado pelo aparte, Deputado.

Mas, Vossa Excelência - gostaria que nesse aparte que Vossa Excelência fez, deveria ter tido a justificativa plena do porquê do aumento da taxa violenta, de não ser somente para o bloqueio de evasão de divisas do Brasil, porque na verdade, esse discurso do Governo Federal em dizer que tomou essa medida independente do ano político que se avizinha, esse discurso para nós é muito vazio, Deputado.

Gostaria de concluir dizendo o seguinte: a nossa balança de pagamentos que tem um superávit para aumentar a nossa reserva - não estou falando de balança comercial, estou falando de balança de pagamentos, Deputado - que tem gerado superávit para aumentar as nossas reservas cambiais, tem na sua composição investimentos altamente especulativos de organismos internacionais. A evasão de oito bilhões que foram feitos em dois, três dias, foram exatamente destes recursos altamente especulativos que o Brasil, como qualquer País, está sujeito. Agora, Vossa Excelência como todos os Deputados aqui presentes têm que estar cientes que o Brasil, a partir de agora, está entrando num buraco negro de "estagflação", "estagflação" que considero, é estagnação com uma inflação. Abordávamos que o Brasil até agora, vivia uma inflação de primeiro mundo próximo a 0%, com uma economia de terceiro mundo; até com uma inflação de primeiro mundo não há condições de suportar esses níveis de juros nestes patamares que está sendo praticado, Deputado.

E temos a certeza que os Deputados devem conhecer e tomar consciência de que o Brasil hoje está caminhando

para uma inflação e também para uma recessão, a pior situação de uma economia de um País, que estamos adentrando, a partir dessas últimas decisões do Governo Federal. Isso nos preocupa, e preocupa também no sentido de que estamos encaminhando um Requerimento para que essa Assembléia Legislativa, que representa o povo do Paraná, não fique à margem e se manifeste junto a órgãos federais, Banco Central, Presidência, Câmara Federal e Congresso Nacional para que os juros, a cada dia que passa, vai criar situações incontrolláveis na economia brasileira, à medida que o tempo passa, temos que lutar para que esses juros voltem aos patamares anteriores.

O aumento de juros pelo Governo Federal, o Governo Federal pode aumentar os juros através de decreto de um dia para o outro; mas a redução desses juros aos patamares anteriores é ditado pela lei de mercado, esse é o problema que nós, brasileiros, vamos enfrentar daqui para frente, Deputado.

Senhor Presidente, gostaria inclusive, dentro desta colocação, encaminhar depois um Requerimento, gostaria de ter o apoio dos demais Deputados para que não fiquemos às margens de uma situação que está se criando, muito grave e muito preocupante para a nossa economia brasileira. E tenho certeza também, Deputado, que Vossa Excelência tem conhecimento dessas informações, e acredito que o Governo Federal não pode justificar que apenas com bloqueio de evasão vai se dobrar os patamares de juros praticados no Brasil. O que queremos também dizer, é que há muito tempo, talvez um ano, o Brasil já deveria ter feito uma política de apoio à exportação, Deputado, a única maneira de termos reservas cambiais sólidas e não com investimentos especulativos aqui dentro do Brasil Vossa Excelência se coloca no lugar de um aplicador, o senhor não vai aplicar recursos em alguém que vai oferecer os juros exorbitantes. Se o juro é 10% e alguém lhe oferece 20%, o senhor pode desconfiar, porque alguma coisa está errada. Esta é a política que o Brasil está praticando hoje, oferecendo os juros totalmente irreais, fora do mercado internacional, para carrear recursos. Não é esse o caminho, Deputado!

Acredito que o Governo Federal tomou uma decisão precipitada e não tem

ainda idéia da consequência que vai ocorrer em nossa economia: quebraadeira, desemprego, diminuição de receitas públicas e o aumento da dívida pública em todos os setores!

Nos manifestamos aqui, numa maneira para alertar os Deputados, para que não fiquem quietos, não se calem diante dessa situação gravíssima que o Brasil começa a entrar, e tenho a certeza que se levantarmos a voz, deverá ecoar pelo menos nos órgãos competentes da União.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Luk) -
Passamos ao próximo orador inscrito, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, acho o debate suscitado pelo Deputado Júlio Ando do PFL, um debate absolutamente importante a ser travado nesta Assembléia. Escutei atentamente o choro do PFL em relação aos juros e escutei a tentativa do meu amigo, Deputado José Maria Ferreira, Deputado do PSDB, na sua vã tentativa de justificar o injustificável.

Travaremos este debate na sessão de amanhã, onde pretendemos abordar no Grande Expediente, essas questões, porque o correto, Deputados José Maria Ferreira e Júlio Ando, não é a salvação do País - e isso está ficando evidente - enquanto a economia toda está sendo construída, alavancada e alicerçada no sistema de agiotagem internacional, que se montou com a figura da globalização da economia do planeta. Fortunas, trinta trilhões de reais, circulam pelo planeta hoje, no sistema financeiro e a economia de países emergentes, todos em função da ancoragem-moeda, para garantir a estabilidade da moeda na equiparação dólar, foram montados, ao longo desses últimos quinze anos, com orientação do Fundo Monetário Internacional. Aqui na América do Sul, na América Central, no Leste europeu, na Ásia e em todos os cantos do mundo.

Países que tiverem esta ancoragem, países que dependerem de fluxo de capitais para alavancar o seu investimento e garantir o seu déficit de balança comercial ou balança de pagamento, inexoravelmente vão estar à mercê da agiotagem internacional. Não há escapatória. Propugnamos outra alternativa, a de que a estabilidade da moeda

esteja alicerçada num projeto de desenvolvimento econômico onde a economia passe a ser a âncora da nossa moeda, não mais a moeda dólar.

Esse é um grande debate. Trabalharemos amanhã, no Grande Expediente.

Por isso, Deputado Júlio Ando, escutei atentamente o choro do PFL, assim como as lamúrias do PSDB, mas não há escapatória. O Deputado José Maria Ferreira está correto. Dentro da lógica adotada pelos economistas que estão no Governo hoje, não havia outra alternativa a não ser aumentar as taxas de juros, para atrair os capitais que estão fugindo do Brasil e como todos os países que estão se quebrando, aumentaram as suas taxas de juros, essa medida hoje se demonstra temerária, por isso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso... juros, como aumenta os juros, já não adiante mais, porque todos estão aumentando, todos aumentaram, Hong Kong aumentou, Singapura, Filipinas, Taiwan, todos aumentaram. O que ocorre hoje? Não basta mais aumentar os juros.

O especulador internacional fica receosos porque há um número enorme de mercados que aumentaram violentamente as taxas de juros. O que eles querem hoje, é mais segurança, do ponto de vista do sucesso da economia. Por isso que o Fernando Henrique Cardoso hoje anuncia um plano de metas, de ações, que são piores do ponto de vista para a economia, do que simplesmente as taxas de juros. Mas não foi isso que me moveu a vir à tribuna hoje.

O Deputado Romanelli trouxe um debate importante aqui, a respeito da verificação dos carros a partir deste ano e de como esse mecanismo está viciado, esta incorrendo em erros gravíssimos e vai suscitar a constituição de verdadeiras fortunas.

Quero trazer aqui um debate sobre a Prefeitura de Curitiba, Deputado Alborghetti - que mora aqui há muito tempo, é de Londrina, mas podemos dizer que é um curitibano. Deputado Luiz Carlos Martins, a mesma ótica em Curitiba está sendo implantada, só que com um agravante maior: as multas de Curitiba serão aferidas agora pelo sistema de radar, isto é, câmaras de televisão instaladas em semáforos, em postes, em esquinas, em cruzamentos. Processo licitatório, estudos de planilha, que orientou os editais, investimentos necessários para a implantação do sistema

na cidade, de toda Curitiba: 800 mil reais. Perspectiva de receita para as empresas num prazo de um a dois anos: 165 milhões de reais. Toda esta estimativa de receita de acordo com o cronograma fornecido pelas planilhas do DETRAN e a sua realização na Capital de Curitiba.

Fico me perguntando: será que a Prefeitura de Curitiba, que precisa de recurso para fazer saneamento básico na nossa cidade, que precisa de recursos para melhoria da educação infantil, para a melhoria da alfabetização do jovem trabalhador, para a ampliação de sua estrutura de creches na nossa cidade, para a aquisição de áreas para a habitação - há uma fila de quarenta mil na COHAB, que ainda está esperando um lugar para poder montar a sua casinha - será que a Prefeitura de Curitiba não tem 800 mil reais para fazer esse investimento e auferir um lucro de 165 milhões de reais, porque de cada multa aferida pelo sistema, vinte reais - dos setenta e dois reais da multa, em média - são para o investidor.

Como se isso não bastasse, Deputado Alborghetti, vejam só como está o processo licitatório, sabem quem faz parte do processo licitatório de Curitiba, do sistema de radar? Sabem qual empresa faz parte? Uma empresa chamada ENGEBRAS. E vou esclarecer: esta empresa ENGEBRAS, para quem não se lembra, é de propriedade de um senhor chamado Fábio Naum, que deu um depoimento belíssimo no Congresso Nacional, dono do Banco Vector, que ficou claro para a Nação inteira que o seu Banco agenciou em Pernambuco, em Santa Catarina, em Alagoas, o escândalo dos desvios dos recursos públicos, através das fraudes dos títulos chamados de precatórios. Banco Vector, Fábio Naum, dono da ENGEBRAS, participante do processo aqui, em Curitiba. Tranquilo!

Tenho dúvidas de que essa licitação caia e premie o Fábio Naum. Acho que não vai cair. Tenho a impressão que não vai cair, Deputado Alborghetti. Tudo me leva a crer que vai cair para o dono de um hotel, em Curitiba. Tudo me leva a crer! Tudo me leva a crer!

Os indícios que tenho: dono de um hotel em Curitiba, um hotel famoso, não vou dizer o nome do hotel e nem o nome do dono, mas é um hotel famoso, que fica perto de uma praça em Curitiba, onde muitos Prefeitos e ex-Prefeitos

gostam de fazer sauna. Mas como não gosto de falar sem dar nome aos "bois" e com papel, eu, provavelmente na quarta-feira ou na quinta-feira pela manhã, vou trazer os editais e vou trazer como a Prefeitura de Curitiba está direcionando essa licitação, de uma maneira irregular e exigindo aquilo que não se deve exigir para as empresas participarem do processo.

Estou encaminhando um Requerimento à Prefeitura e à Câmara de Vereadores e espero que todas essas dúvidas fiquem esclarecidas. Terei enorme prazer de vir aqui e achar que o investimento de 800 mil reais, a Prefeitura de Curitiba não pode fazer, e ela tem necessidade absoluta de abrir mão de um lucro de 160 milhões, porque as famílias carente têm tudo já previsto nestes próximos quatro anos, não precisamos mais de saneamento. E sabem o que dá para fazer com 160 milhões de reais em saneamento em Curitiba, cobrando as multas da classe média que fura o sinal, etc, etc? Ora, porque transferir isso para a iniciativa privada, se precisamos de tantos recursos, se temos tanta deficiência ainda, num sistema que o investimento é baixo, não precisamos de mais nada, a estrutura está toda colocada. O que justifica uma licitação como essa? Só justifica a vontade do governante em privilegiar a iniciativa privada.

Espero que não seja esse o posicionamento e a intenção da Prefeitura de Curitiba, espero que o Prefeito tenha bons argumentos...

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

A Liderança do PFL, presente na pessoa do ilustre Deputado Takayama, que faz parte da Bancada do mesmo, cede a Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni, parte do Horário do PFL, para conceder um aparte.

O Sr. Hidekazu Takayama - Nobre companheiro do PT, sabemos que é função dos Deputados e dos Parlamentares, procurar descobrir os possíveis equívocos - se eles realmente existirem - mas muitas vezes há uma tentativa de colocar "chifres em cavalo", buscar coisas que não existem, companheiro Vanhoni.

Vossa Excelência sabe perfeitamente da lisura do comportamento do Prefeito Cássio Taniguchi. Vossa Excelência sabe a maneira democrática, lim-

pa, correta, transparente, que o Prefeito de Curitiba tem procurado mostrar na administração da coisa pública. Não é um ano nem dois que o nosso Prefeito Cássio Taniguchi labuta na vida pública, e hoje ele desfruta do maior IBOPE, do maior índice de aprovação na pesquisa nacional, pela maneira com que ele vem administrando a cidade, ainda que com dificuldades de recursos, procurando fazer as transformações que ela necessita.

Sabemos que alguns equívocos pode haver entre alguns membros da equipe dele, mas se isso acontecer, tenho certeza que o Prefeito saberá punir aqueles que se comportam de forma ilícita. Agora, querer antecipar algo que Vossa Excelência não tem certeza, seria bom procurar ter os dados suficientes. E também procuraremos conhecer os dados dessas denúncias que Vossa Excelência está fazendo, porque acreditamos perfeitamente na lisura do nosso Prefeito Cássio Taniguchi, na sua maneira de administrar esta cidade. E a população tem dado toda a aprovação.

Esta questão das multas através da sinalização ou dos radares, se é errado cobrar os valores, como Vossa Excelência está dizendo, também a Prefeitura do Distrito Federal, lá do Prefeito do PT, inclusive lá em Brasília, também tem cobrado multas altíssimas e não se sabe aonde é que está investido o dinheiro público dessas multas. Portanto, é um pouco prematuro Vossa Excelência fazer estas denúncias, sem antes ter certeza de todo o pensamento ou das acusações que vieram ao ouvido de vossa pessoa.

O SR. ÂNGELO VANHONI - O senhor, como um bom cristão, como pastor evangélico, que tem a minha admiração, o senhor conhece um ditado popular muito antigo na vida das pessoas comuns - meu pai, meu avô, os meus tios analfabetos, sempre utilizaram isso quando eu era pequenininho: "meu filho, quem avisa, amigo é".

Vim aqui, Deputado Takayama, com a maior tranquilidade, despojamento. Se o Distrito Federal está cobrando multa pelo sistema de radar, acho correto. O senhor não entendeu o que estou querendo dizer. Só não estou entendendo como que para um investimento de 800 mil reais, de um orçamento da Prefeitura que é de um bilhão e setecentos, não chega

a um milhão, pelo menos os números que tenho, é oitocentos mil reais de investimento e vai ter uma receita em dois anos, de cento e sessenta, cento e oitenta milhões de reais! A pergunta que me fazem é a seguinte: porquê é que a ciência investimento é um investimento pequeno, porquê é que o poder público não faz este investimento e o faturamento é tão grande, que daria um lucro para a Prefeitura de Curitiba poder investir nas áreas carentes, que o senhor conhece muito bem, porque o senhor conhece a Vila Verde, o senhor conhece o Jardim Natal, o senhor conhece a periferia de Curitiba, o senhor sabe que há muito para fazer, para conquistar a cidadania, para que a maior parte do nosso povo tenha um lugar digno de morar, há muito o que fazer!

(Tumulto em Plenário)

Vim aqui para questionar a licitação como um todo. Tenho desconfiança e fiquei abismado quando vi a participação de duas empresas: uma do Fábio Naum, notoriamente um contraventor, participando, e a outra - que tenho a suspeição e aí posso estar enganado - que é o proprietário do hotel que vai ganhar essa licitação.

Não se trata de fazer nenhuma ilação de que o Prefeito Cássio Taniguchi esteja fazendo alguma coisa errada. Não! Estou questionando o seguinte: o que significa fazer um investimento pequeno, um lucro muito grande para a iniciativa privada, porque é que a administração pública não faz isso? Se a Prefeitura de Curitiba precisa de dinheiro para fazer questões importantes para a periferia da cidade? Ou cento e sessenta milhões é pouco? Ou não dá para fazer saneamento com esse dinheiro? Ou não dá para melhoria do sistema de saúde, que está um caos na nossa cidade - e o senhor sabe disso? Freqüente um Posto de Saúde, seja em qualquer lugar na Cidade de Curitiba e converse com os médicos.

O Sr. Horácio Rodrigues - Apenas que o assunto é sério, tem que ser estudado, tem que ser verificado. Acho que tudo o que é lucro para o município deve ser explorado. E Vossa Excelência, como eu, ex-Vereador de Curitiba, devemos aprofundar esta discussão. Estou

apto para discutir com Vossa Excelência na quinta-feira.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vejo só, Deputado Horácio Rodrigues, essa é a participação da iniciativa privada nesse empreendimento. Se a Prefeitura, através do Requerimento, demonstrar que vai ter um ganho maior do que este, está totalmente justificado, daí. Não estou fazendo um debate ideológico contra a iniciativa privada ou a favor.

Obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Luk) - No Horário das Lideranças, passamos a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O dia de hoje tem trazido para a nossa Assembléia Legislativa bons debates políticos, principalmente no que diz respeito a transparência no trato da coisa pública. Trouxe o Deputado Romanelli uma questão bastante séria na qual envolve o DETRAN. O Deputado Ângelo Vanhoni também abordou uma questão que já vem preocupando os curitibanos, nós que moramos aqui e sabemos como a Prefeitura da nossa Capital tem tratado a coisa pública nos últimos anos e a quem está favorecendo.

No final do primeiro semestre, a nossa Bancada entrou com uma ação judicial junto ao Tribunal de Justiça, solicitando a transparência no trato da coisa pública, solicitando que fosse repassado e dado conhecimento a nós e posteriormente ao público, sobre os contratos assinados com a empresa Renault. Infelizmente baseado em que patamar não sabemos, o Tribunal de Justiça não concedeu, uma vez que o contrato assinado pela GM no Estado do Rio Grande do Sul foi tornado público pelo Tribunal de Justiça sob as bases legais que nos levaram a fazer o mesmo tipo de pedido. Pedido esse que não precisava ser disputado em tribunal, bastaria que o Governo fosse democrático e transparente nos gastos e nas despesas que ele tem ocasionado para trazer as grandes montadoras.

A "Folha de São Paulo" do dia 07.11, de sexta-feira, que teve acesso a um documento interno do Governo, traz as informações dizendo: "que o Governo do Paraná se comprometeu a desembolsar

dez milhões para a 'Detroit Corporation' - empresa do americano Roger Penske - produzir motor no nosso Estado". Aparece uma foto dele ao lado do nosso Governador, os dois sorridentes, porque o negócio deve ter sido muito interessante para ambos. Continua o jornal: "O Paraná se compromete a pagar três mil reais por emprego gerado pela 'Detroit Diesel e Motors do Brasil', que irá produzir motores para a empresa 'Chrysler' na Região Metropolitana". Dos dez milhões de dólares, sete e meio milhões já foram repassados à empresa. É um acordo assinado com o Governo do Estado e a Detroit. Parte do acordo, pois não sabemos as demais partes, mas sabemos uma parte a mais: foi doado a Detroit a área onde foi instalada, com toda a sua infra estrutura colocada, e quando qualquer cidadão do nosso Estado, carente, ocupa cem metros quadrado na periferia da nossa cidade, é tirado por polícia, dizendo que está invadindo a propriedade privada ou a propriedade do Estado, se o terreno for público.

No entanto, as grandes empresas multinacionais ganham áreas enormes em regiões importantes do nosso Estado, como é a Região Metropolitana, com toda infra estrutura, com todas as condições - no caso da Renault, por dez anos sem pagar IPTU - e, qualquer cidadão da periferia de Curitiba se deixar de pagar o IPTU será acionado na justiça, às vezes por cem reais ou até duzentos reais. Mas essas empresas ganham de presente dez anos sem IPTU e nenhuma taxa.

O Governador e o Chefe da Casa Civil vão para o jornal "O Estado do Paraná" e negam em parte o que foi divulgado na "Folha de São Paulo". Digo em parte, porque o Secretário Nelson Justus, ao ser interpelado, não nega, e o que foi concedido a Detroit foi concedido para as demais. O que ocorre, é que a "Folha de São Paulo" teve acesso a documento oficial, o que significa é que está entregando por dez anos o erário público do nosso Estado. Diz o Secretário da Casa Civil, Rafael Greca, que na hora em que o Rio Grande do Sul tornar público o protocolo de intenções deles, eles tornariam público também. Isso não é verdade, porque o da GM já está público, já foi tornado público e o de Minas também já foi tornado público. Mas eles dizem que vão mostrar o protocolo de intenções para o novo Líder, o Senhor Antonio Carlos Magalhães,

o grande e honesto Senador por arte da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, de acordo com que diz a imprensa: "grande e honesto".

Ele tomará conhecimento de todos os protocolos de intenções. Nós, paranaenses, não podemos tomar conhecimento, quando descaradamente são empresas multinacionais sendo favorecidas! Se somarmos com esses favorecimentos mais aqueles levantados pelo Deputado Romaneli, levantado pelo Deputado Ângelo Vanhoni, dá-se a impressão que o PFL do nosso Estado virou uma casa de negócios, na qual o dinheiro público é tratado como dinheiro privado, na qual cada um deles faz o que deseja, desde que, lógico, esteja de acordo com os demais desse grupo político que domina o Estado e a nossa Capital e que ora se encontram todos no PFL.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - PPB. PDT. Liderança do Governo.
Com a palavra o ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quem ouve o pronunciamento do Deputado Rosinha pode até pensar que pode ser verdadeiro, mas tenho certeza absoluta que novamente são aqueles números imaginários e que surgem para que com alguém que tem o desespero de ver a transformação que está acontecendo nesse Estado, aí é natural que não se aceite. O que não consigo entender é o PT fazendo discurso contra emprego. Ele teme pelo jeito, são contra a criação de emprego, por que talvez hoje não tenha mais condições devido ao plano econômico, condições de fazer motim em porta de fábrica.

Acho que esta é a justificativa de vermos aqui o posicionamento, quando fazem aqui comparações, de que uma indústria automobilística não paga IPTU e que o cidadão paga IPTU. Estamos agindo - nas questões dos incentivos das indústrias que estão vindo para o Estado do Paraná e temos certeza absoluta que estamos preparando o Paraná do futuro - e obedecendo uma lei denominada "Anibal Khury", sancionada pelo ex-Governador Roberto Requião, só que não tiveram competência de usá-la para iniciar a industrialização deste Estado e criar oportunidades a essas pessoas, que é o

povo paranaense, que tanto precisa de emprego e melhorar a qualidade de vida.

Se continuarmos a pensar desse jeito, sempre seremos um Estado que depende da agricultura somente, um Estado que olha São Paulo com ciúme, com inveja, e diz: "São Paulo é uma potência por que São Paulo é industrializado!" Temos que parar com esse discurso, temos que fazer o que São Paulo faz, aí seremos uma grande potência e um grande Estado.

Mas, subi a tribuna hoje para trazer alguns números importantes. E por isso que quando falo que às vezes a Oposição traz alguns números aqui não confiáveis, por que todos os números trazidos até hoje, tenho desafiado por muitas vezes alguns Parlamentares da Oposição para que tragam fatos concretos, quando denunciam corrupção, que tragam fatos concretos que tomaremos as medidas que se fizerem necessárias para o caso.

Agora, venho aqui hoje falar sobre a questão do BID-IV, porque o ilustre Líder do PMDB subir a tribuna na semana passada e disse que quem estava prejudicando o Paraná era o Governador Jaime Lerner, por que o Estado tinha quatro programas baseados em financiamentos internacionais e que o Governador Jaime Lerner prejudicava esse Estado, porque não dava a contrapartida dos empréstimos e não sacava os recursos. Como o Deputado Pessuti viajou - conversamos, e fiquei de respondê-lo no outro dia - ficou para o próximo e aí aconteceu que este Parlamentar não estava na quinta-feira, o Deputado Pessuti voltou a fazer o pronunciamento sobre essa questão e quero afirmar aqui aos Senhores Parlamentares.

Naturalmente precisaria de todo o Grande Expediente para dar todas as explicações que se fazem necessárias, mas coloco-me à disposição de qualquer Parlamentar, ou da imprensa, para trazer os números, o quadro demonstrativo das ações e de como estão sendo executados os programas baseados em financiamentos internacionais. Mas, a maior polêmica que surgiu, foi a questão do BID-IV, que quando levantado pelo Parlamentar, dissemos aqui nesta Casa, que todos os financiamentos internacionais estavam com seus cronogramas dentro do contrato. Não existia naquele momento, nenhum financiamento em atraso por falta de

contrapartida do Estado e que não eram verdadeiras as afirmações que aqui fez.

Quando à questão do BID-IV, procurei no final desta semana, fazer os esclarecimentos através da imprensa - e agradeço por ter colocado a nossa nota na íntegra - e quero dizer ao Deputado Orlando Pessuti e aos Senhores Parlamentares: o BID-IV era para ser encerrado no mês de dezembro, dia 31 de dezembro, e todos os recursos que estavam disponíveis ao Estado do Paraná já foram sacados pelo Governo do Paraná, antecipadamente, porque o Governo do Estado do Paraná entrou com a contrapartida, senão é evidente, e é claro, que o próprio Banco não deixaria sacar os recursos, se o Paraná, se o Governo do Paraná não cumprisse com a sua parte.

Encerramos o programa antecipadamente. Está aí a prova que não eram verdadeiras as afirmações.

Agora estão se apegando à questão de ajustes orçamentários. Quando você prevê no orçamento a execução de uma obra, enquanto você não executa a obra, você não sabe o valor real desta obra. E o que aconteceu? Está aqui nos quadros demonstrativos - anexos ao projeto - que são ajustes orçamentários dentro do próprio programa. Obras que por uma eventualidade custaram menos, foi gasto menos com as obras e outras que custaram mais, mas que chega o momento em que quando se encerra o programa, você tem necessidade de fazer o ajuste financeiro, prova disso, está aqui o quadro demonstrativo - Anexo I e Anexo II - onde demonstra o acréscimo que tiveram algumas obras e a redução de outras obras que foram e foram todas dentro do Programa BID-IV.

Poderia citar aqui algumas obras, por exemplo: acréscimo - houve acréscimo na obra de melhoria de Jacutinga a Francisco Beltrão.

Houve redução...

Não vou fazer o fechamento, porque são inúmeras as obras e o valor de ajuste orçamentário: três milhões, trezentos e vinte e quatro. Então, são inúmeras as obras e o acréscimo, só para citar aqui a redução em uma obra, posso citar aqui o acesso da ELETROSUL, ao Trevo Tropical, na TV Tropical. Então, simplesmente foram ajustes dentro do próprio programa, aonde se faz necessário num programa que está se encerrando. Esta mensagem foi encaminhada a esta Casa e aí justifico o porque

desse momento que estamos votando esse ajuste orçamentário, porque isso foi encaminhado no dia 7 de outubro e já estamos há mais de um mês com essa mensagem na Casa, tramitando nas Comissões e agora temos a oportunidade de discuti-la em Plenário.

São essas as explicações que trago a esta Casa e coloco-me à disposição da imprensa, dos Senhores Parlamentares para demonstrar o que temos aqui de concreto sobre esta questão.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede um aparte, Deputado?

Vossa Excelência coloca-se à disposição e não concede o aparte!

O Sr. Doutor Rosinha - Porque nunca está à disposição!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário da Liderança. Passamos...

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Acredito que o Deputado Valdir Rossoni, nas explicações que fez...

O Sr. Valdir Rossoni - Senhor Presidente, gostaria que a Questão de Ordem não fosse uma resposta ao meu pronunciamento, porque aí não cabe Questão de Ordem, senão terei que - depois que o Deputado Orlando Pessuti falar - pedir Questão de Ordem, e estamos obedecendo o Regimento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O ilustre Deputado Orlando Pessuti está inscrito em Explicações Pessoais.

O Sr. Orlando Pessuti - Senhor Presidente, fomos citados nominalmente pelo Deputado que ocupou a tribuna, pedimos por três vezes o aparte para que pudéssemos contrapor os argumentos do Deputado, e ele não nos concedeu! Ele se colocou à disposição de toda a Assembleia, de todos os Deputados, nos cadastramos a essa disposição e ele não nos atendeu. E gostaria de contrapor o que ele está dizendo.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Vossa Excelência vai ter oportunidade, já está inscrito em Explicações Pessoais.

O Sr. Orlando Pessuti - Inscrevo-me para encaminhar a votação da matéria que antecede as Explicações Pessoais.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pois não, será feita a Vossa Excelência o deferimento.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaria de aproveitar esse momento para registrar a presença do ilustre Vereador de Fazenda Rio Grande, um líder daquela região, Acioly Baldan, do qual gostaria que a Casa registrasse a presença.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associada a presença do ilustre Vereador, anunciada pelo Deputado Takayama.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Reza o nosso Regimento Interno, que o Deputado que está na tribuna pode conceder o parte se assim o desejar. Porém, o Deputado Líder do Governo nunca concede partes, porque ele é muito vazio e não tem argumentos para se contrapor, se ele conceder o aparte.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência há de convir que o ilustre Deputado concede a palavra a quem ele desejar.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Quanto a questão de vazio, nada mais vazio do que o pronunciamento do Deputado Rosinha, e quanto à questão de rezar no Regimento Interno, ele disse que cabe ao Parlamentar conceder ou não o aparte, e não concedi.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência tem razão de conceder ou não o aparte.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 098/97, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova um crédito suplementar no valor de R\$ 14.950.000,00 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, visando atender despesas do programa Construção de Rodovias e Administração Geral do DER. **A Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 385/97. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/97, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 10.000.000,00, para execução de programa Pró-Saneamento, na modalidade PROSANEAR. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 096/97, que aprova ajuste ao orçamento geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais), conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Chopinzinho. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), ao vigente programa de obras da Secretaria de Estado de Segurança Pública, para viabilizar a construção das Cadeias Públicas de Londrina e de Quatro Barras e a reforma das Cadeias dos Municípios de Luiziana e Cianorte. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 062/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de

Curitiba, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, situado nesta Capital, no Bairro Campina do Siqueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 06**VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.810.000,00 (dois milhões, oitocentos e dez mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Em votação, para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti, do Projeto de Lei nº 545 e logo em seguida o outro que Vossa Excelência deseje encaminhar a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Valdir Rossoni, tem sistematicamente ocupado a palavra em espaços na imprensa, tentando se transformar perante todos nós e a imprensa paranaense como o "paladino da verdade". Tem ele também, em alguns momentos, se colocado no direito de julgar as qualidades pessoais ou qualidades grupais da Bancada do nosso Partido, nos chamando - como chamou hoje - de "despreparados" para interpretar os números, interpretar as matérias que tramitam nesta Casa.

Quero lamentar esses dois episódios, porque na condição de Deputado Líder do PMDB, a exemplo dos demais Deputados da nossa Bancada, temos procurado fazer nesta Casa uma oposição crítica, uma oposição sadia, e acima de tudo, respeitosa a todas as pessoas que integram o Governo do Estado do Paraná. Nunca viemos aqui para agredir as pessoas, temos por elas o maior respeito, podemos sim, em alguns momentos, criticar atos que estas pessoas praticam, como veio aqui, hoje, o Deputado Romanelli questionar o ato praticado pelo Diretor do DETRAN, quanto a licitação para as perícias eletrônicas, pedir esclarecimentos que nos são negados sistematicamente.

O que temos feito aqui ao anunciarmos que o Governo do Estado não está retirando os recursos que tem a sua disposição em empréstimos internacionais, é para mostrar aos Senhores Deputados desta Casa e ao povo em geral, do Paraná, que não procedem as afirmações que tem feito o Governo do Estado, que está sendo barrado por dois Senadores. Quer dizer, eu até, se for verdade isso, gostaria até de propor um voto de louvor a esses dois Senadores, porque nunca vi num processo democrático, duas pessoas conseguirem se superar a 79 outras pessoas em suas manifestações de vontade ou de trabalho. Se conseguirem fazer isso, merecem louvor da nossa parte, porque, afinal de contas, dois contra 79 Senadores, é de se acreditar que não seriam capazes de enfrentar tamanha diferença num Parlamento.

O outro argumento que costumeiramente se diz: "Em 150 anos, o Paraná nunca teve um empréstimo rejeitado pelo Senado".

Será que a culpa é do Senado? Será que a culpa é dos Senadores? Ou a culpa é de quem está pedindo os empréstimos. que vai para lá e solicita de forma irregular? E quem diz que está irregular não somos nós, não é o Senador Roberto Requião, nem o Osmar Dias, é o Banco Central. Então, dizer que não se libera há 150 anos, a culpa não é do Senador não, a culpa é de quem está pedindo. Porque, se eu for no BANESTADO pedir um empréstimo, não apresentar garantias, os documentos das minhas propriedades e o avalista exigido, também para mim não sai nenhum tipo de empréstimo. E o Governo tem que agir da mesma forma.

E quando dizemos que os números, que o Governo do Estado não está buscando os recursos, vamos buscar essas informações nos balancetes que são publicados - alguns, diga-se de passagem, tardiamente - no Diário Oficial do Estado do Paraná, e que mostra lá na coluna "Operações de Crédito", zero de entrada. As informações que nos chegam de corredores da Assembléia, através do Deputado Valdir Rossoni, é que os créditos externos estariam ingressando no caixa do Estado, através da rubrica "Outras Receitas de Capital", pode ser venda de ações, pode ser alienação de bens imóveis, e pode ser, sim, operação de crédito interna e externa.

Estamos aí com um Requerimento pedindo a discriminação desse item: "Outras Receitas de Capital". Agora, sobre esta questão da suplementação, quando vimos na Ordem do Dia a suplementação para o Programa BID-IV, entendíamos que nada de anormal haveria neste pedido de suplementação de crédito dos Projetos nº 545 e 546. No entanto, o Deputado Valdir Rossoni, na terça-feira da semana passada, distribuiu farto material à imprensa - e temos cópias aqui do material que distribuiu - dizendo que o Programa BID-IV estava encerrado. Hoje, por mais de uma vez, o Deputado disse que o Programa estava encerrado, e depois, ao final diz: "Estamos encerrando". Olha, então cabe a nós questionar, pedir números, pedir esclarecimentos, porque o próprio Deputado Valdir Rossoni no seu discurso de hoje - e as notas taquigráficas estão aí para demonstrar - não sabe se o Programa esta encerrado ou está em processo de encerramento.

Então, não traz ele nenhuma afirmação, nenhuma informação para que possamos nos decidir e votar a favor desta matéria ou não, porque se o Programa estiver encerrado, Deputado Zuk, não cabe mais suplementação, não cabe ajuste orçamentário, o que é uma coisa natural, estou aqui há quinze anos e já vote milhares de ajustes orçamentários, sei o que é isso, sei interpretar o que é um ajuste orçamentário, não sei interpretar e tenho dificuldade de interpretar alguns trambiques que estão sendo anunciados fartamente no dia-a-dia pela imprensa, aí tenho dificuldade para interpretar, mas um ajuste orçamentário não tenho, não, quem está tendo dificuldades para trazer esclarecimentos é o Deputado Valdir Rossoni, que hoje da tribuna disse: "O Programa já foi encerrado, já sacamos tudo, já colocamos a contrapartida". Mas se já colocou a contrapartida, não tem o que suplementar mais!

Então, gostaria que de fato e verdadeiramente, o Deputado Valdir Rossoni nos trouxesse os números verdadeiros, as informações corretas, porque ele próprio disse - peguem as notas taquigráficas - "O Programa está encerrado, sacamos integralmente, colocamos a contrapartida" e no final do seu discurso disse: "Nós estamos encerrando o BID-IV". Encerrou ou não encerrou? Está encerrando ou vai encerrar?

Era isso que gostaríamos de saber para que pudéssemos votar esta matéria.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Para encaminhar a votação, a palavra com o ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não há o que discutir. Estão discutindo o "sexo dos anjos". Encerrou ou não encerrou? Precisa reajustar, Vossa Excelência que presidiu a Casa sabe disso, tem que reajustar.

Agora, há um peso e duas medidas. Sempre falam: "Dois pesos e duas medidas". O ditado certo é o seguinte: "O mesmo peso tem duas medidas". Do Governo, da Oposição; da Oposição e do Governo. Vejam, Vossas Excelências, no "Diário do Senado Federal", há um pedido de empréstimo de quarenta milhões e oitocentos, com parecer contrário do Banco Central, teve o apoio e o voto favorável dos Senadores do Paraná Roberto Requião e Osmar Dias. Está aqui no "Diário do Senado", outro processo do Senado também: a Caixa Econômica Federal conceder crédito no valor de trezentos e cinquenta e três milhões ao Mato Grosso do Sul. Os Senadores Roberto Requião e Osmar Dias saíram do Plenário e foi aprovado. Outro empréstimo: ao Rio Grande do Norte. Votos favoráveis dos Senadores Osmar Dias e Roberto Requião. Paraíba: cento e vinte e quatro milhões. Voto favorável do Senador Roberto Requião.

Então, conseguimos sentir o que é a política. O convênio foi encerrado, mas não terminado. Parece que é uma incongruência. Não é não. Ele está por terminar, ele precisa desta suplementação. E Vossa Excelência sabe muito bem disso e Vossa Excelência vai votar e nós vamos votar.

O que acontece é o seguinte: o Senhor Líder do Governo vai encaminhar exatamente com mais propriedade do que eu, o que acho interessante é que ficam discutindo o "sexo dos anjos": eu tenho razão; não tenho! Se a Prefeitura está errada, se o DETRAN está errado, puna-se quem está errado. Claro, não precisa rir, Deputado Rosinha, Vossa Excelência conhece minha posição. Agora, me prove, me prove que esta suplementação não é necessária, daí não voto. Enquanto não fizer isso, não adianta esta

briquinha de Deputado com Deputado, que não leva a nada.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar a votação do Projeto de Lei 545/97, concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a tribunal, às explicações sobre a questão do ajuste orçamentário. Está claro que educadamente coloquei-me à disposição dos Parlamentares para demonstrar, mostrar o quadro, o demonstrativo; coloquei-me à disposição da imprensa, porque isto foi para a imprensa no dia do seu pronunciamento - e Vossa Excelência sabe muito bem da forma cordial que trato os Parlamentares. Agora, cada pessoa tem a sua maneira de ser. Não é questão de agressividade. É questão da verdade. Exerço um papel nesta Casa para mostrar, para esclarecer, para rebater as dúvidas, as denúncias, porque o Governo é um contexto abrangente e tenho certeza absoluta que muitos Parlamentares aqui concordam comigo e que você não tem o conhecimento e todo o Governo no momento oportuno e na hora exata, porque o Deputado que faz oposição nesta Casa - e que ajuda em muito - porque esta questão e este debate que está sendo travado aqui, tenho certeza que está esclarecendo aos Parlamentares e eles terão condições de dizer ao povo paranaense que o BID-IV está encerrado, que os recursos que se alegam não terem sido sacados porque não houve a contrapartida, não são verdadeiras e tenho que dizer que não são verdadeiras por mais difícil que seja esta palavra, não são verdadeiras, porque não tem outra explicação a ser dada, porque há sete, oito meses exerço a Liderança do Governo e tenho me esforçado para esclarecer todas as questões aqui, mas dificilmente quando levantado aqui uma questão de suplementação, ou de ajuste, ou de denúncia - até de corrupção, não tenhamos aqui tomado as medidas e procurado esclarecer.

Por isso, jamais tenho esta pretensão de convencer a Oposição. Agora, não pode, Senhor Presidente, e veja como fica, se respeitamos - como Vossa Excelência fez - o Regimento Interno, tudo tem seu momento. Logo após ter me

pronunciado, o ilustre Parlamentar pede uma Questão de Ordem e não cabia uma Questão de Ordem, porque ele podia se pronunciar sobre este ajuste para o encaminhamento da matéria. Tudo tem seu momento e sua hora, está no Regimento. Agora, o que não posso, como Líder do Governo, é cada vez que subo à tribuna e a Oposição é combativa, ela pede uma Questão de Ordem e quer encaminhar uma questão que não está dentro do Regimento e eu, naturalmente, me levanto e procuro - e tenho contado com a compreensão de Vossa Excelência para que se respeite o Regimento Interno e nada mais saudável do que isto.

Agora, quanto a vir aqui pedir à Oposição, não quero ser o professor de Deus, Deputado Orlando Pessuti, mas quando peço a Vossa Excelência - e a quem faz oposição nesta Casa - para que não fiquemos aqui em determinados momentos - como disse o Deputado Horácio Rodrigues, discutindo o "sexo dos anjos". Ora, se Vossa Excelência está sentindo que, por uma eventualidade não estou sendo explicativo a Vossa Excelência, coloco toda a estrutura do Governo - que não é meu o governo, o Governo é do Paraná - a Secretaria de Transportes está à disposição de Vossa Excelência, e tenho certeza absoluta, e é claro, é evidente que os técnicos terão mais facilidades de explicar a Vossa Excelência que está com dificuldades de entendê-las.

Então, espero ter trazido aqui as explicações, mas não tenho a pretensão de convencer a Oposição.

Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Primeiramente gostaria de fazer aqui uma observação que nesta Casa, composta de 54 Parlamentares, ninguém chegou aqui por um acaso, o mínimo de conhecimento cada um tem, cada um em sua área, e durante toda esse tempo sempre houve um profundo respeito entre

a Oposição e a Situação, principalmente no que diz respeito aos debates.

Queria - já antecipando quase que a justificação do meu voto - deixar bastante claro que, em que pese o respeito que tenho pelo Líder do Governo, pelas explicações postas através da tribuna da Situação, mesmo assim, com relação ao uso ou não dos empréstimos, a nossa Bancada do PMDB não está convencida se realmente o Governo utilizou na sua totalidade ou não. Pelas explicações dadas pelo nosso Líder, Deputado Orlando Pessuti, pelas interrogações, pelo questionamento, pelo forma com que foram publicados os balancetes através do "Diário Oficial do Estado do Paraná". E a nossa Bancada tem votado seguidamente, principalmente nas matérias de suplementação de verba, Senhor Presidente e prezado Líder do Governo, nossa Bancada tem votado favoravelmente em centenas de Mensagens do Governo desta natureza.

O que nos falta muitas vezes - e está nos faltando - são documentos completos que realmente apontem a certeza absoluta de que foram utilizados os recursos que estavam a disposição do Governo Federal através do Banco Central, através, evidentemente, do orçamento do Estado que está consignado. Com relação a este assunto, gostaria que o Líder - pode até me interromper neste instante, para eu poder justificar o meu voto no final, de afirmar categoricamente para todos nós se fora encerrado realmente o BID-IV, ou não fora encerrado ainda, que a questão mais forte que o nosso Líder, Deputado Orlando Pessuti, acabou de questionar, através da tribuna da Oposição. Essa indagação pretendemos tê-la neste instante daquele que é o porta-voz do Executivo.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, como tenho me colocado aqui para obedecer o Regimento, já dei todas as explicações na tribuna, mas dou pessoalmente ao Deputado Toti, depois de encerrar a votação.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência não pode conceder aparte durante o encaminhamento da votação.

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Agradeço o aparte que cedi ao Deputado Valdir Rossoni.

É claro que, com certeza, vai nos dar esta resposta em seguida. Mas queremos deixar claro aqui, em nome da Bancada do PMDB - se me permite o Deputado Orlando Pessuti - que esta informação, dita anteriormente pelo Líder Rossoni, não fora confirmada até o presente momento. Fica uma interrogação na cabeça de todos nós: foi encerrado ou não foi? Realmente não temos esta informação.

Até para adiantar um pouco mais o meu voto - já não fala em nome da Liderança do meu Partido, do meu PMDB - tem duas Mensagens do Governo, aí, de suplementação de verbas, para atender a qual Secretaria? A Secretaria dos Transportes, onde tem à sua frente um Secretário, que conhecemos de longa data, mesmo antes dele ser Deputado como fora no primeiro mandato nosso aqui, há seis anos atrás, que é o Heinz Herwig. Conhecemos de perto o seu trabalho, dedicação e determinação.

Eu, particularmente, quero adiantar que vou votar pela suplementação de verba, Senhor Líder do Governo, e os demais membros da Bancada, porque conheço o trabalho do Heinz, sei das suas necessidades e sei quanto o Estado do Paraná está carente em relação às nossas estradas, haja visto lá em Irati e em São Mateus do Sul, Inácio Martins e tantas outras.

Desta feita, com a permissão do meu Líder, da nossa Bancada, já estou antecipando o meu voto: voto favoravelmente, carecendo, evidentemente, de uma resposta concreta, daqui a pouco, com relação ao encerramento ou não do BID-IV. Este é um assunto que realmente nos interessa saber e profundamente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Para Encaminhar, concedo a palavra ao ilustre Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Ordem do Dia de hoje traz sete itens e ajustes de orçamentos, suplementação orçamentária. Lógico que para votar todos estes itens, a Oposição tem questionado e pedido informações, não só em relação a isso...

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Questão de Ordem. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**) -

- Não quero ser inconveniente, mas segundo consta no Regimento Interno, existe um encaminhamento de dois a favor e dois contrários.

O SENHOR PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) -

O ilustre Deputado Toti Colaço vai votar favoravelmente à matéria e só teve um que se pronunciou contrário, e o segundo é o ilustre Deputado Doutor Rosinha, que continua com a palavra e com a razão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Para Encaminhar**)

- Independente da posição que vou votar ou não, o Regimento Interno me assegura o encaminhamento da matéria e o nobre Líder do Governo é incapaz de dizer em que artigo o Regimento Interno estabelece a Questão de Ordem por ele estabelecida.

Não estou dando apartes, não só porque o Regimento não permite, mas porque também não desejo dar aparte para Deputado que quando pode dá-los age com falta de educação e não os concede para a Oposição.

Existem sete itens no orçamento, na pauta do dia, que diz sobre o orçamento. Necessário se faz informações para se votar todos estes itens, como também se faz necessário informações sobre atos do Governo, no que ele gasta o dinheiro.

Quando usei a tribuna, dizendo da questão da Chrysler, o Deputado Valdir Rossoni disse que os números não são verdadeiros. Então, faço um desafio, Deputado Líder do Governo: passe os documentos oficiais. Só isso. Sempre faz ouvidos moucos e é surdo quando desafiado, porque sabe que não vai cumprir.

Importante se faz na hora de se votar a suplementação, discutir questões importantíssimas: a razão dessas suplementações e também nos leva a fazer leitura do orçamento. O orçamento ora em vigor limita a questão orçamentária de gente que reduziu para 5% a capacidade de alteração que o Governo poderia fazer, sem vir para cá.

Achamos que é um limite bastante justo e correto, porque estamos vivendo um momento até agora, pelo menos, de equilíbrio, um momento estável na economia do mundo.

Então, como estamos votando suplementação orçamentária, e temos um próximo orçamento pela frente, se faz necessário que o Governo faça orçamentos corretos e coerentes, para que não tenha essa quantidade de suplementações, que estamos tendo que votar nestas últimas semanas - e como sempre, em final de Governo. E chamo a atenção disso, porque o próximo orçamento está superestimado em cerca de 40%, o que leva a ter que fazer suplementações depois, por estar superestimado - a menos que a superestimação do próximo orçamento seja porque o Governo não confia no plano econômico que está vigente em nosso País, não acredita que vai continuar o real sem inflação. Aí você pode jogar com o superdimensionamento, como vem o próximo orçamento.

Chamo a atenção disso para referir-me ao que está ora em vigor, que esse cuidado também não teve, e por isso que agora tem que ficar se fazendo suplementações, porque faz orçamento superestimado, como o que está em vigor.

O SENHOR PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) -

Encerrado o encaminhamento de votação.

Em votação a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 545/97.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. FLORISVALDO FIER - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**) - Verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Não há número legal para votação, só para prosseguimento da sessão.

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 3.324.000,00 (três milhões, trezentos e vinte e quatro mil reais), ao vigente Programa de obras da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Recanto do menor - CEMIC, imóvel situado no Município de Maringá, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente Programa de obras da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, aprovado pela Lei nº 11.652 de 27 de dezembro de 1996, para viabilizar a ampliação da biblioteca. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 2.348.000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria dos Transportes, visando atender despesas no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 093/97, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão.**

ITEM 12

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que institui o Fundo Especial

para Reparação de Interesses Difusos Lesados. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Encerrada a discussão.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Padre Paulo a Rodovia PR-573, trecho que liga Corbélia a Braganey. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 384/97

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, visa denominar de Padre Paulo a Rodovia PR-573, no trecho que liga Corbélia a Braganey.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Suk) -

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/97.

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 384, 545, 546, 547, 586, 587 e 605/97.

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 385, 491 e 544/97.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 126/97

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 16 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei nº 11.652/96, de 27 de dezembro de 1996,

R E S O L V E:

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996 nas rubricas abaixo:

Fonte 007	Cancelar	44905100	1.220.000,00
Fonte 000	Suplementar	31900400	1.000.000,00
Fonte 000	Suplementar	33903300	20.000,00
Fonte 000	Suplementar	33903600	200.000,00

Gabinete da Diretoria Geral,
em 06.10.97

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto: Deputado LUIZ CARLOS MARTINS
Primeiro Secretário

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA 19ª ATA ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Plauto Miró Guimarães Filho, Geraldo Cartário, Forisvaldo Fier, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Toti Colaço, Basílio Zanusso, César Seleme, Carlos Simões, José Tavares, Edgar Bueno e mais o Deputado Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as Atas das Reuniões anteriores, após colocá-las em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 621/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 620/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 622/97 de autoria do Tribunal de Justiça. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Florisvaldo Fier e José Maria Ferreira; 04) Projeto de Lei nº 598/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 597/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 599/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 020/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Plenário, do Deputado José Tavares - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 586/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 587/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 516/97 de autoria do Deputado Reny Borsatto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 592/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme. APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 593/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 591/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 361/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 544/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 545/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 546/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 491/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 605/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 547/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº

603/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 604/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 602/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 600/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 453/97 de autoria do Deputado Emerson Nerone. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 596/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 594/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 529/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 359/97 de autoria do Deputado Edno Guimarães. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 30) Projeto de Lei nº 137/97 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 31) Projeto de Lei nº 484/97 de autoria do Deputado Sâmis da Silva. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Valdir Rossoni, José Maria Ferreira e Florisvaldo Fier; 32) Projeto de Lei nº 384/97 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 566/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 565/97 de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 518/97 e autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda, do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 494/97 de autoria do Deputado Reny Borsatto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO. O Deputado Valdir Rossoni pede que a C.C.J. observe a questão de doação de equipamento do Pró-Rural, pois já existe uma lei sobre esta matéria. O Senhor Presidente determina que toda vez que vier Projeto de Lei propondo doação de veículos e equipamentos, junte-se à lei para o Relator poder embasar sem parecer; 37) Projeto de Lei nº 525/97 de

autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 531/97 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 504/97 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 578/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 570/97 de autoria do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 575/97 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 574/97 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 550/97 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 543/97 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 522/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 559/97 de autoria do Deputado Horácio Rodrigues. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 552/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 49) Projeto de Lei nº 553/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 551/97 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 51) Projeto de Lei nº 611/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 52) Projeto de Lei nº 612/97 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 53) Projeto de Lei nº 618/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 54) Projeto de Lei nº 398/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados José Tavares e Carlos Simões; 55) Projeto de Lei nº 382/97 de autoria do Deputado

Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 56) Projeto de Lei nº 455/97 de autoria do Deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 57) Projeto de Lei nº 483/97 de autoria do Deputado Caíto Quintana. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni; 58) Projeto de Lei nº 403/97 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado José Maria Ferreira; 59) Projeto de Lei nº 221/97 de autoria do Deputado Péricles H. de Mello e Outros. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Valdir Rossoni. Os Deputados Florisvaldo Fier e Toti Colaço solicitam que na próxima reunião o Deputado Valdir Rossoni o traga para poderem votar, pois a matéria é de suma importância; 60) Projeto de Lei nº 307/97 de autoria do Deputado Emerson Nerone. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda, da Deputado Walmor Trentini, lido pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 61) Projeto de Lei nº 486/97 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 62) Projeto de Lei nº 510/97 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 63) Projeto de Lei nº 158/96 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer favorável do Deputado Walmor Trentini - REJEITADO. O Senhor Presidente coloca em votação o voto em separado favorável na forma do Substitutivo do Deputado Florisvaldo Fier - APROVADO; 64) Projeto de Lei nº 390/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; O Deputado Florisvaldo Fier solicita ao Senhor Presidente anexar seu voto em separado - Deferido; 65) Projeto de Lei nº 498/97 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta Requerimento (anexo); 66) Projeto de Lei nº 580/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 67) Projeto de Lei nº 579/97 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 68) Proposição Veto nº 011/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 69) Propo-

sição Veto nº 010/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Élio Lino Rusch - APROVADO; 70) Projeto de Lei nº 170/97 de autoria do Deputado Emerson Nerone. O Senhor Presidente determina a RETIRADA DA PAUTA; 71) Projeto de Lei nº 588/97 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA
Presidente
Ana Lúcia Andretta
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer sejam convidados representantes das Associações, Entidades e Instituições abaixo relacionadas, para prestarem esclarecimentos em relação à tabela de custos dos atos judiciais.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais e na qualidade de membro titular desta Comissão de Constituição e Justiça, REQUER a esta Comissão, que sejam convidados, representantes das Associações da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná, Associação Paranaense do Ministério Público, Associação dos Magistrados do Paraná, representantes do Tribunal de Justiça do Paraná, do Ministério Público, da OAB-PR, representantes da Associação dos Oficiais de Justiça e do SINDIJUS, para prestarem esclarecimentos sobre a matéria constante do Projeto de Lei nº 414/97, que fica a Tabela de Custas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná.

O presente Requerimento justifica-se pelo fato da matéria ser de grande complexidade e envolver interesses de inúmeras entidades, bem como de toda a população paranaense. Assim sendo, entendemos que o referido projeto deva

ser amplamente debatido com o conjunto de entidades para que não seja cometido injustiças.

Sala das Comissões, 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

FLORISVALDO FIER

Deputado Estadual - PT